



13
209

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0161824-4/01

Agravante: Município do Recife

Procurador: Dr. Sílvio Lins de Albuquerque

Agravada: Consultoria Internacional Ltda.

Advogado: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

5526

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ANÁLISE REITERADA DO RISCO DE DANO E FUMAÇA DO BOM DIREITO. POSSIBILIDADE. ISS SOBRE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS. NÃO INCIDÊNCIA. MATÉRIA PACIFICADA. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO, MESMO NA PENDÊNCIA DE OPOSIÇÃO EXECUTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Em relação a fumaça do bom direito, ressalto - como dito na decisão recorrida - que a matéria posta sob apreciação já foi por demais debatida por este Egrégio Tribunal de Justiça, consolidando o entendimento de que não incide o imposto sobre serviços - ISS quando da realização de atividade de locação de bens móveis.

2 - entendo não haver óbice algum na concessão do efeito suspensivo então pleiteado que determinou o sobrestamento da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Isso porque, acredito ser a tutela cautelar meio idôneo para sanar, com a rapidez esperada, situações que expõem a risco excessivo aquele que a invoca, assim como se deu no caso *sub examine*.

3 - No que se refere ao risco de dano, entendo que em sendo a matéria pacificada e em favor

14
210
da ora agravada, não pode ela sofrer qualquer tipo de embaraço no desenvolvimento de sua atividade.

- 4 - Agravo Regimental Improvido.
- 5 - Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0161824-4/01, em que figura como agravante Município do Recife e como agravado Consultoria Internacional Ltda.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 04/02/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 04/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



15
211

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0161824-4/01

Agravante: Município do Recife

Procurador: Dr. Sílvio Lins de Albuquerque

Agravada: Consultoria Internacional Ltda.

Advogado: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão interlocutória que, nos autos da Ação Cautelar Inominada em apenso, deferiu a tutela de urgência postulada, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, objeto do processo administrativo nº 15.39525.4.00, CDA nº E01.000952-3, que deu origem a execução fiscal nº 001.2002.009192-4, além de determinar – no prazo de 24(vinte e quatro) horas – a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, ressaltando-se outros débitos tributários, se existentes, diversos dos que constituem o objeto da causa principal.

O agravante interpôs o presente recurso alegando, resumidamente, em suas razões de fls. 02/05 que não é possível – por meio de tutela cautelar – suspender o processo executivo antes da garantia do juízo e do oferecimento dos eventuais embargos.

É o relatório.

Recife, 04/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



16
212

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0161824-4/01

Agravante: Município do Recife

Procurador: Dr. Sílvio Lins de Albuquerque

Agravada: Consultoria Internacional Ltda.

Advogado: Dr. Thiago Arraes de Alencar Norões

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos da Ação Cautelar Inominada em apenso, deferiu a tutela de urgência postulada, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, objeto do processo administrativo nº 15.39525.4.00, CDA nº E01.000952-3, que deu origem a execução fiscal nº 001.2002.009192-4, além de determinar – no prazo de 24(vinte e quatro) horas – a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, ressaltando-se outros débitos tributários, se existentes, diversos dos que constituem o objeto da causa principal.

Tratando-se de agravo regimental que tem por objetivo a reforma de decisão interlocutória proferida em sede de ação cautelar, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não dos dois requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

Em relação a fumaça do bom direito, ressalto – como dito na decisão recorrida – que a matéria posta sob apreciação já foi por demais debatida por este Egrégio Tribunal de Justiça, consolidando o entendimento de que não incide o imposto sobre serviços – ISS quando da realização de atividade de locação de bens móveis, tendo em vista que o STF já decidiu a matéria "*incidenter tantum*" pela inconstitucionalidade da expressão locação de bens móveis, mencionada no item 79 da lista de serviços do Decreto Lei nº 406/68, na redação dada pela LC 56/87.

Além disso, entendo não haver óbice algum na concessão do efeito suspensivo então pleiteado que determinou o

17
213
sobrestamento da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Isso porque, acredito ser a tutela cautelar meio idôneo para sanar, com a rapidez esperada, situações que expõem a risco excessivo aquele que a invoca, assim como se deu no caso *sub examine*. Além disso, não há qualquer proibitivo legal expresso por nosso código de ritos que inviabilize o deferimento de tal medida, sob o argumento que está pendente de oposição executiva. Observo ainda, que esse mesmo entendimento já lancei em julgados anteriores, inclusive, corroborado pelos meus pares.

No que se refere ao risco de dano, entendo que em sendo a matéria pacificada e em favor da ora agravada, não pode ela sofrer qualquer tipo de embaraço no desenvolvimento de sua atividade, o que poderia por em risco a existência do seu próprio negócio.

Assim, em face do exposto, conheço e nego provimento ao presente Agravo Regimental, mantendo-se incólume a decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Cautelar em apenso.

É como voto.

Recife, 04/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator